



Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
CNPJ nº 21.986.074/0001-19

Página
1/4

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Aos Senhores Acionistas
De acordo com a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., relativas ao exercício de 2022, acompanhadas dos Relatórios do Auditor Independente e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria.
A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. apresentou o exercício financeiro em 31 de dezembro de 2022 um aumento nas emissões de prêmios de seguros de vida em grupo em comparação ao mesmo período do exercício anterior, passando de R\$ 345.275 milhões para R\$ 401.390 milhões, e registrou um lucro, no período, de R\$ 91.985 milhões.
A base de clientes do seguro de vida em grupo da Seguradora chegou a 2,5 milhões segurados.
INDICADORES
Essa postura diligente também se reflete nos ativos livres na ordem de R\$ 66 milhões e na suficiência de capital em torno de R\$ 88 milhões, números que representam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de longo prazo. Além disso, as provisões técnicas atingiram aproximadamente R\$ 301 milhões em dezembro de 2022 enquanto os ativos financeiros atingiram R\$ 356 milhões. Consistente com a sua solidez histórica e o perfil de baixo apetite para riscos, o índice de solvência se mantém superior ao exigido pela SUSEP, obedecendo com muita severidade a uma regra interna da Seguradora. Em 31 de dezembro de 2022 a Prudential do Brasil apresentou 203% de solvência.
O Grupo Prudential do Brasil já pagou mais de R\$ 3 bilhões em benefícios ao longo de sua trajetória. Para reiterar a atuação cuidadosa em relação a todos os stakeholders, a Seguradora adotou medidas extremamente protetivas nesse período. A Companhia decidiu pagar os sinistros relativos a COVID-19, mesmo tendo o evento "pandemia" como uma cláusula de exclusão das Condições Gerais. O pagamento pontual desse benefício no ano de 2022 da Prudential Vida em Grupo foi de R\$ 12 milhões, uma queda de 91% comparado com o mesmo período de 2021. O total com despesa de sinistro em 2022 foi

de R\$ 290 milhões (queda de R\$ 113 milhões).
POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
Os acionistas da Prudential do Brasil, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.
A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. comercializa produtos corporativos de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais e viagens majoritariamente por meio de corretores de seguros especializados nestas proteções.
No mundo, a Prudential atua no seguro de vida em grupo há mais de 100 anos, tendo como missão ajudar os nossos clientes a alcançarem tranquilidade e bem-estar financeiro.
COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS
Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa Seguradora. A ética norteia as relações da Prudential tanto interna quanto externamente. Para isso, a seguradora disponibiliza para os funcionários diversos canais e ferramentas de comunicação, a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agir em forma ética, honesta e imparcial.
PRESEÇA NO PAÍS
Sediada em São Paulo, a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. atende em todo o Brasil e conta com mais seis filiais nas seguintes cidades: Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.
RECURSOS HUMANOS
Reconhecimentos
O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional levaram a Seguradora a receber reconhecimentos.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC
A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1,3 trilhão de ativos sob sua gestão, em novembro de 2022, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina.
Considerando a expertise em seguros de vida e gestão de ativos, a Prudential Financial está focada em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seus bens. Nos EUA, nosso símbolo Rock® - o rochedo - é um ícone de força, estabilidade, experiência e inovação que perdura ao longo do tempo.
Prudential Financial, Inc realiza seus principais negócios por meio de cinco unidades: a Unidade de Soluções Individuais nos EUA, Unidade de Soluções Corporativas nos EUA, Unidade de Gestão de Investimentos, a Unidade Internacional de Seguros e Unidade de Closed Block. Também são realizadas atividades nas áreas de Operações Corporativas, entre outras.
AGRADECIMENTOS
A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. agradece aos seus clientes e segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida em grupo e por confiarem nos seus produtos de proteção diferenciada. A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (CNSeg) e a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrev), por todo o apoio recebido.
Também agradece aos funcionários da seguradora a aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Seguradora. E, em particular, aos corretores de seguros de vida em grupo pela união de sucesso, na dedicação e na atenção demonstradas aos clientes

São Paulo, 27 fevereiro de 2023.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de Dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante		207.047	189.519
Caixa e bancos	5	4.028	10.461
Aplicações financeiras	6	59.495	53.644
Quotas de fundos de investimento exclusivo		59.495	53.644
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	72.183	72.752
Prêmios a receber		59.040	58.095
Operações com seguradoras		559	1.074
Operações com resseguradoras	8(b)	4.748	13.583
Outros créditos operacionais		736	—
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8(c)	35.101	22.364
Títulos e créditos a receber		31.622	26.148
Créditos a receber		1.276	51
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	29.793	25.308
Adiantamentos a funcionários		234	786
Adiantamentos administrativos		300	—
Outros créditos		19	3
Despesas antecipadas	6	667	285
Administrativas		190	277
Operacionais		477	8
Custos de aquisição diferidos			
Seguros e resseguros	9	3.951	3.865
Não circulante		404.804	331.248
Realizável a longo prazo	6	404.226	330.309
Quotas de fundos de investimento exclusivo		297.492	309.404
Títulos e créditos a receber		104.522	15.441
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	78.774	—
Depósitos judiciais e fiscais	11	22.827	15.441
Outros créditos a receber		2.921	—
Outros valores e bens	13	2.212	5.464
Ativos de direito de uso		2.212	5.464
Imobilizado	12	578	939
Bens móveis		578	939
Total do ativo		611.851	520.767

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		358.614	353.893
Contas a pagar		13.388	9.247
Obrigações a pagar	14	6.682	6.481
Impostos e encargos sociais a recolher		1.263	1.060
Encargos trabalhistas		1.681	1.706
Impostos e contribuições		3.762	—
Débitos das operações com seguros e resseguros		38.323	22.689
Prêmios a restituir		48	24
Operações com seguradoras		457	661
Operações com resseguradoras		26.334	13.200
Corretores de seguros e resseguros		2.298	1.216
Comissões e juros sobre prêmios emitidos		9.169	7.588
Outros débitos operacionais		17	—
Depósito de terceiros	15	4.622	13.077
Provisões técnicas - seguros	18	301.957	307.607
Pessoas		301.957	307.607
Débitos Diversos		324	1.273
Passivos de Arrendamento	13	324	1.273
Não circulante		3.727	6.288
Outros débitos		1.262	1.653
Provisões judiciais	16	1.262	1.653
Débitos Diversos		2.465	4.635
Passivos de Arrendamento	13	2.465	4.635
Patrimônio líquido	20	249.510	160.586
Capital social		328.332	278.332
Aumento/Redução de capital (Em Aprovação)		—	50.000
Prejuízo acumulado		(56.936)	(148.921)
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(21.886)	(18.825)
Total do passivo e patrimônio líquido		611.851	520.767

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação			
	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos líquidos		401.390	345.275
Variações das provisões técnicas de prêmios		(7.589)	(34.940)
Prêmios ganhos	21	393.801	310.335
Sinistros ocorridos	22(a)	(290.328)	(403.447)
Custos de aquisição	22(b)	(73.963)	(49.029)
Outras receitas e despesas operacionais	22(c)	5.918	6.610
Resultado com resseguro	22(d)	11.514	14.827
Receta com resseguro		28.071	25.364
Despesa com resseguro		(16.917)	(10.537)
Despesas administrativas	22(e)	(43.224)	(44.809)
Despesas com tributos	22(f)	(8.400)	(3.345)
Resultado financeiro	22(g)	26.902	(3.957)
Resultado operacional		21.860	(172.815)
Ganhos (perdas) com ativos não correntes		(10)	32
Resultado antes dos impostos e participações		21.850	(172.783)
Imposto de renda	17	46.031	(6.916)
Contribuição social	17	27.463	(4.150)
Participações sobre o resultado	23(c)	(3.359)	(2.106)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		91.985	(185.955)
Média Ponderada do número de ações em circulação		439.252.628	235.665.701
Lucro (prejuízo) por ação atribuído aos acionistas - básico e diluído (em reais)	20(b)	0,21	-0,79

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais			
	2022	2021	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	91.985	(185.955)	
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	(3.061)	(18.825)	
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(5.102)	(18.825)	
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes	2.041	—	
Total do resultado abrangente do exercício	88.924	(204.780)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em milhares de reais						
	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste com valores mobiliários
Saldos em 1º de janeiro de 2021		203.332	—	1.852	29.727	—
Aumento de Capital		—	—	—	—	—
Assembleia Geral Extraordinária de 28 de Junho de 2021	20 (a)	75.000	—	—	—	—
Assembleia Geral Extraordinária de 28 de Dez/2021		—	50.000	—	—	—
Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 2021		—	—	—	5.455	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários		—	—	—	—	(18.825)
Lucro/Prejuízo do exercício		—	—	(1.852)	(35.182)	(185.955)
Absorção do Prejuízo		—	50.000	—	—	37.034
Saldos em 31 de dezembro de 2021		278.332	50.000	—	(18.825)	(148.921)
Aumento de Capital		—	—	—	—	—
Aprovação do aumento de capital Portaria SUSEP nº 697, de 13 de abril de 2022	20 (a)	50.000	(50.000)	—	—	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários		—	—	—	—	(3.061)
Lucro/Prejuízo do exercício		—	—	—	—	91.985
Saldos em 31 de dezembro de 2022		328.332	—	—	(21.886)	(56.936)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Valores expressos em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Atividades operacionais		91.985	(185.955)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		91.985	(185.955)
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	12 (b)	351	371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (a)	(70.624)	(8.328)
Perda por redução de valor recuperável de ativos	22 (c)	(7.118)	(3.721)
Contingências	16 (a)	(393)	(205)
Total		14.201	(189.510)
Variações de ativos e passivos			
Créditos das operações com seguros e resseguros		15.522	(7.103)
Ativos financeiros	6 (d)	6.062	35.614
Depósito de terceiros		(12.736)	(8.328)
Títulos e créditos a receber		(16.863)	14.294
Despesas antecipadas		(382)	(233)
Custos de aquisição diferidos		(86)	(3.597)
Outros Créditos Operacionais		(4.583)	(5.464)
Outros Débitos Operacionais		(3.118)	5.907
Contas a pagar		6.942	(23.392)
Débitos de operações com seguros e resseguros		15.633	3.831
Depósito de terceiros	15	(8.459)	4.175
Provisões técnicas - seguros	18 (a)	(6.550)	50.364
Caixa consumido pelas operações		6.483	(123.442)
Impostos e contribuições pagos		(12.746)	(1.127)
Juros pagos	13 (ii)	(180)	—
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		(6.443)	(124.569)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(33)	(31)
Alienação de imobilizado		43	—
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		10	(31)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		—	125.000
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		—	125.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(6.433)	400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.461	10.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.028	10.461
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(6.433)	400

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos.

A Companhia aplica o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPG 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data de aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a US\$ 5 mil. A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1/1/2021.

(a) Ativo de direito de uso
Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.

(b) Passivo de arrendamento
Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

2.9 Demais ativos circulante e realizável a longo prazo
A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com as projeções da Administração.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal. Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.10 Contratos de seguro
Conforme disposto no CPC 11 – Contrato de seguros, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38 – Instrumentos financeiros. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurador se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu a análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSOA nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

2.10.1 Seguros de Pessoas
(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)
O cálculo da PPNG deve ser efetuado "pro rata die", tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco.

(ii) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)
A PPNG-RVNE é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às aplicações ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(iii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.



Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

Página
2/4

As premissas utilizadas são:

• A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas de manutenção das apólices. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tabelas brasileiras BR-EMS mais atuais, para contratos de vigência longa, e sinistralidade, para contratos de vigência média e curta. Para as demais premissas foram utilizadas taxas obtidas de acordo com a experiência da própria Seguradora. Foi utilizada pela Seguradora a estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela Anbima/SUSEP referente ao IPCA.

• O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base.

• O teste é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro.

• Os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos.

Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja superior aos passivos definidos em norma específica, é necessário reconhecer a perda imediatamente e ajustar provisões já existentes na data do teste. Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, invalidez permanente total por doença, indenização especial por acidente, invalidez funcional permanente total por doença, invalidez laborativa permanente e total por doença, doenças graves, doença congênita de filho, despesas médicas, hospitalares e odontológicas, educacional e viagem corporata nacional e internacional (morte acidental e invalidez acidental). Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

O resultado do teste de adequação de passivo realizado para a data de 31 de dezembro de 2022 demonstrou necessidade de constituição de PCC, finalizando o exercício com valor, líquido de ativo de resseguro, de R\$ 41.726 (dezembro de 2021 R\$ 41.490).

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelos CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.12 Passivos financeiros

Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.13 imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, aplicáveis às instituições financeiras e equiparadas (seguradoras), na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%.

No período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social foi apurada pela alíquota de 16% em função da publicação da Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022. A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota retorna a 15% conforme abaixo:

Art. 3º
A Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Parágrafo único. As alíquotas da contribuição de que tratam os incisos I e II-A do caput deste artigo serão de 16% (dezesseis por cento) e de 21% (vinte e um por cento), respectivamente, até 31 de dezembro de 2022 (16%).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, pelos acionistas.

2.16 Políticas contábeis de reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:
• a apropriação dos prêmios líquidos de IOF e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguro, de acordo com o prazo de vigência das apólices;
• a participação dos lucros de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria;
• As receitas com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, através da variação do valor justo dos ativos constituintes do fundo de investimentos. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As principais alocações de provisão da COVID-19 estão sendo consideradas pela Administração, dentro das limitações de cenário ainda existentes na data do balanço.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas, assim como indicadores que possam indicar a posição da Administração e dos atuários, para a definição de prêmios atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento seguro já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se trata de valores provisionados, estes representam estimativas. Os passivos de seguros são mais impactados por uso de julgamento e incertezas relacionadas às provisões técnicas, principalmente aos passivos judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais futuras.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis

A Seguradora possui processos judiciais civis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs/IFRSs. Consequentemente, o processo utilizado pela Administração para contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos Consultores Legais externos a partir de análise individualizada e efetua a provisão para os processos classificados como prováveis. Para os processos civis classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão exceto para ações já provisionadas em data anterior a nota.

Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de períodos em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes/IAS 37.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de seguros.

O cenário de COVID-19 não trouxe impacto sobre a recuperabilidade das aplicações financeiras, devido ao perfil de baixo risco de crédito da carteira da Seguradora.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

A Administração avalia que a Seguradora mantém sua capacidade de gerar lucros tributáveis nos exercícios futuros que suportam a realização dos créditos tributários reconhecidos nas suas demonstrações financeiras. Para fins dessas análises, estudos de realização dos referidos créditos tributários foram elaborados pela administração da Seguradora.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financial e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Seguradora.

Mecanismo de extrema relevância que deve ser construído em linha com a estratégia da Seguradora, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. e deve ser capaz de contribuir para a geração de valor e auxiliar no direcionamento estratégico de longo prazo da Companhia. Há na Seguradora uma Estrutura de Gestão de Riscos, que leva em consideração a natureza, escala e complexidade de suas operações, responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, assim como um Comitê de Riscos e Auditoria que, além, entre outras finalidades, o alinhamento da estratégia da Seguradora ao seu apetite por risco por meio de avaliações e *follow-ups* periódicos.

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. utiliza o modelo das Três Linhas, elaborado pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), que determina papéis e responsabilidades dentro do processo de gestão de risco. Com isso, a área de Riscos, equivamente dedicada ao gerenciamento de riscos, atua no monitoramento contínuo e auxilia os gestores da Seguradora na identificação e avaliação de riscos.

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A possui uma área ligada a de riscos dedicada à preparação da Seguradora para cenários de crise. Em 2020, com o cenário de pandemia anunciado pela Organização Mundial da Saúde - OMS, o plano de continuidade de negócios foi acionado, permitindo com isso que a Seguradora operasse 100% de forma remota mantendo a segurança dos colaboradores e clientes. O Comitê de Crise multidisciplinar foi ativado para monitorar a evolução da pandemia.

A área de Riscos e continuidade de negócios encontra-se na estrutura organizacional da Diretoria de Controles Internos, que também possui outras três áreas: Compliance; Ética & Investigação; e Unidade de Testes e Controles. Tal estrutura compõem a Estrutura de Gestão de Riscos e o Sistema de Controles Internos da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

4.1 Descrição dos riscos nas operações

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado, capital e operacional.

4.1.1 Gestão de risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados ou beneficiários, classificados por meio de comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa e que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e a política de resseguro que considera resseguradores que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a precificação adequada a cada Grupo Segurado, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Segurados, Estipulantes e Corretores, ao nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., Prudential International, bem como os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelo órgão regulador do mercado segurador.

Política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos grupos segurados, visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada grupo segurador ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco da Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelos Estipulantes e Corretores.

As apólices de seguros de vida em grupo da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. são emitidas com base em análises do perfil de cada grupo segurador, utilizando-se de parâmetros definidos em Notas Técnicas registradas e aprovadas pelos órgãos reguladores.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, invalidez permanente total por doença, indenização especial por acidente, invalidez funcional permanente total por doença, invalidez laborativa permanente e total por doença, doenças graves, doença congênita de filho, despesas médicas, hospitalares e odontológicas, educacional e viagem corporata nacional e internacional (morte acidental e invalidez acidental). Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores acompanhem a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidos nos produtos da Prudential.

No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de danos com limites de retenção conservadores se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade.

Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transfêrência do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aprovados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

Em decorrência da COVID-19, observamos impactos em diversos fatores relacionados aos fluxos de caixa dos ativos e passivos, especialmente quanto à inflação. Abordaremos tais impactos, individualmente e em detalhes, nos subitens da Nota 4.1.2, mais adiante.

(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios

A Seguradora realiza o gerenciamento de risco assumido com base em pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) casamento de ativos e passivos.

(e) Seguros de vida

Os seguros de pessoas são produtos, em geral, de média ou longa duração e as principais premissas atuariais envolvem no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros, severidade e risco biológico. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros, montante de indenizações e quedas acima do esperado nas expectativas de mortalidade podem resultar em perdas não esperadas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da seguradora, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido da data do balanço.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados pela Seguradora foram efetuados considerando as mesmas bases do Teste de Adequação de Passivos e consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: taxas de juros sinistralidade, com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade.

Dessa forma, foram utilizadas pela Administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de sinistralidade.

	Efeito no resultado	Efeito no patrimônio líquido
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de juros em 1,5% ao ano	(626)	(385)	(376)	(376)
Redução de juros em 1,5% ao ano	642	626	385	376
Aumento da Sinistralidade em 10%	(54.521)	(53.184)	(32.712)	(31.911)
Redução da Sinistralidade em 10%	42.775	41.727	42.775	41.727

(g) Limitações da análise de sensibilidade

Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

(h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por seguros coletivos de pessoas. A análise da concentração se baseia na cobertura segurada. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
Ramo	MG	SP	RJ	PR
Vida em Grupo	46,39	90,04	49,57	9,43
Acidentes Pessoais Coletivos	0,01	0,53	1,46	0,00
Auxílio Funeral	0,50	0,00	2,07	0,00
Doenças Graves	100,00	100,00	100,00	100,00
Eventos Aleatórios	37,69	37,44	62,31	62,56
Acidentes Pessoais Coletivos	62,31	62,56	100,00	100,00

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
Ramo	MG	SP	RJ	PR
Vida em Grupo	10,52	37,72	12,10	10,79
Acidentes Pessoais Coletivos	15,56	44,96	12,73	7,67
Vida em Grupo	2,85	18,43	21,30	15,90
Turístico	4,06	15,02	4,06	15,02

(i) Concentração de riscos por moeda

A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

4.1.2 Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management - ALM*), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:
(a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.
(b) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.

(c) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Segundo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de estresse como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de estresse. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito.

Em função do perfil do portfólio de investimentos da Seguradora, composto majoritariamente por títulos públicos com *rating* AAA, não se esperam impactos de risco de crédito em decorrência da COVID-19. Não foram observados *downgrade* nos *ratings* ao longo do exercício de 2022.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

	31 de Dezembro de 2022	
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch - Escala Nacional)	Sem Saldo rating contábil
Disponíveis para venda		
Ativos pós-fixados		
Títulos Públicos		
Indexados à inflação	161.697	161.697
Pré-Fixado	175.885	175.885
Atrelados a Selic	19.405	19.405
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.028 4.028
Créditos das operações com seguros e resseguros		
Prêmios a receber de segurados	-	59.040 59.040
Ativos de cosseguro	-	559 559
Ativos de resseguro	417 4.331	4 748
Títulos e créditos a receber	-	1.511 1.511
Exposição máxima ao risco de crédito	356.987	417 4.



PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

Página 3/4

(b) Cálculo do patrimônio líquido e capital mínimo requerido

Em 31 de dezembro de 2022, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR podem assim ser resumidas:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Patrimônio Líquido Ajustado (a + b + c + d).....	172.639	160.300
PLA de nível 1 (a).....	161.794	160.300
PLA de nível 2 (b).....	-	-
PLA de nível 3 (c).....	10.846	-
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (d).....	-	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA		
Capital base - CB.....	15.000	15.000
Capital de risco alocado ao risco de subscrição.....	77.602	83.365
Capital de risco alocado ao risco de crédito.....	8.638	6.396
Capital de risco alocado ao risco operacional.....	1.116	776
Capital de risco alocado ao risco de mercado.....	5.881	7.065
Benefício da diversificação de riscos.....	(8.126)	(7.996)
Capital mínimo requerido (e).....	85.111	89.606
Qualidade da cobertura CMR		
a) no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (a/e).....	190%	179%
b) no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; (c/e).....	13%	0%
c) no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (b + c) / (e).....	13%	0%
Suficiência (PLA - CMR) (f = a + b + c + d - e).....	87.529	70.694
Suficiência % (Suficiência / CMR).....	103%	79%

4.1.2.5 Gestão de risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação.

Pelo modelo das Três Linhas, todas as áreas da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. têm responsabilidade direta pela gestão dos riscos operacionais. Isso inclui a identificação, classificação, tratamento e o monitoramento dos riscos inerentes a processos, sistemas, pessoas e eventos externos. As áreas internas também devem estabelecer e manter um sistema efetivo de controles internos relacionados a esses riscos, com objetivo de mitigá-los.

As áreas da Diretoria de Controles Internos da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. atua em conjunto com as áreas internas para implementar políticas, processos e práticas de gestão de risco e compliance, buscando: reduzir a frequência e o impacto das perdas inesperadas; aumentar a consciência, responsabilidade e transparência na gestão dos riscos operacionais; melhorar a eficiência e eficácia dos processos e controles; reforçar a cultura de risco e controle e conformidade e, consequentemente, proteger a reputação, assim como auxiliar no crescimento sustentável da Prudential.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores em trânsito.....	251	761
Contas bancárias.....	3.777	9.700
	4.028	10.461

6 Aplicações financeiras

Os ativos financeiros investidos em fundos exclusivos são mantidos em reais e classificados no nível 1. A Seguradora mantém a totalidade dos seus investimentos em títulos públicos no fundo exclusivo POB Group Life Fund Renda Fixa FI administrado pelo Itaú-Unibanco S.A.

Com o objetivo de uniformizar a classificação contábil dos ativos financeiros, em Julho de 2021 a seguradora realizou a troca de categoria dos Ativos Financeiros classificados como Mensurados ao valor Justo por meio do Resultado (exceto para o fundo POB LI Alternative Assets), para Ativos Disponíveis para venda por não haver intenção de alienação dos referidos títulos a curto prazo ou negociação de forma ativa e frequente.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cujo as oscilações dos títulos são reconhecidas atualmente no resultado financeiro (Receitas de Investimento), passaram a ter seu reconhecimento diretamente no Patrimônio Líquido, na reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial (Outros Resultados abrangentes).

(a) Composição das aplicações

	31 de dezembro de 2022			
	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado (perdas) não realizados	% Aplicado
Nível 1				
Títulos disponíveis para venda.....	356.987	380.914	356.987	(23.927)
POB Group Life Fund Renda Fixa FI.....	356.987	380.914	356.987	(23.927)
Total das aplicações financeiras.....	356.987	380.914	356.987	(23.927)
Não Circulante.....	59.495	380.914	356.987	(23.927)
Circulante.....	297.492	380.914	356.987	(23.927)

	31 de dezembro de 2021			
	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado (perdas) não realizados	% Aplicado
Nível 1				
Títulos disponíveis para venda.....	363.048	381.874	363.048	(18.825)
POB Group Life Fund Renda Fixa FI.....	363.048	381.874	363.048	(18.825)
Total das aplicações financeiras.....	363.048	381.874	363.048	(18.825)
Não Circulante.....	53.644	381.874	363.048	(18.825)
Circulante.....	309.404	381.874	363.048	(18.825)

(b) Títulos disponíveis para venda

Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora classifica parte de suas aplicações como "títulos disponíveis para venda", conforme demonstrado na tabela acima.

O valor de mercado dos títulos privados foi definido pelas instituições financeiras responsáveis pela administração dos respectivos ativos da carteira de investimentos da Seguradora para a referida data, baseada na metodologia de marcação a mercado determinada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(c) Composição da carteira do fundo

Na data de publicação, o patrimônio líquido do fundo de investimento de renda fixa pode assim ser resumido:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Operações compromissadas.....	19.437	53.215
Títulos e valores mobiliários (LFT).....	-	404
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....	175.885	173.838
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	161.697	135.566
Outros.....	(10)	33
Valores a pagar.....	(22)	(8)
	356.987	363.048

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo POB Group Life Fund Renda Fixa FI (Títulos públicos federais) eram os seguintes:

	2022	Venci-mentos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos					
Outros.....	-	(10)	33	33	(10)
Valores a pagar.....	-	(23)	(23)	(23)	(23)
Operações compromissadas (NTN-O) Disponíveis para venda	2023	19.437	19.437	19.437	19.437
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2023	375.32	370.81	370.81	370.81
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2024	108.555	103.472	103.472	103.472
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2030	10.731	10.591	10.591	10.591
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2032	10.742	10.553	10.553	10.553
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2023	3.009	3.009	3.009	3.009
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2025	65.786	61.110	61.110	61.110
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2027	108.491	96.291	96.291	96.291
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2029	16.663	15.476	15.476	15.476
			380.914	356.987	356.987

	2021	Venci-mentos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos					
Outros.....	-	(10)	33	33	(10)
Valores a pagar.....	-	(8)	(8)	(8)	(8)
Operações compromissadas (NTN-O) Disponíveis para venda	2022	53.215	53.215	53.215	53.215
Títulos e valores mobiliários (LFT).....Disponíveis para venda	2022	404	404	404	404
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2023	36.654	35.204	35.204	35.204
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2024	105.022	100.362	100.362	100.362
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....Disponíveis para venda	2023	3.083	2.963	2.963	2.963
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2025	66.699	62.777	62.777	62.777
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2027	109.447	101.406	101.406	101.406
Títulos e valores mobiliários (NTN-F).....Disponíveis para venda	2029	7.324	6.692	6.692	6.692
			381.874	363.048	363.048

Conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021, os títulos classificados na categoria "valor justo por meio do resultado" são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos títulos.

(d) Movimentação das aplicações financeiras

A Seguradora realizou movimentações das aplicações financeiras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2020.....	398.663
Aplicações.....	262.844	
Resgates.....	(290.491)	
Rendimentos.....	10.857	
Ajuste valor de mercado de títulos disponíveis.....	(18.825)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2021.....	363.048	
Aplicações.....	178.151	
Resgates.....	(211.612)	
Rendimentos.....	32.501	
Ajuste valor de mercado de títulos disponíveis.....	(5.102)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2022.....	356.987	

(e) Estimativa do valor justo

Os ativos mantidos em carteira ou no fundo de investimento exclusivo são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia, mensuração a valor de mercado, que são: Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos e Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado. Nível 3 - obtido por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Classificam-se como Nível 1:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.
- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.
- Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Classificam-se como Nível 3:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.
- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.
- Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Classificam-se como Nível 3:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.
- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.
- Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Classificam-se como Nível 3:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.
- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.
- Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Classificam-se como Nível 3:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.
- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.
- Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Classificam-se como Nível 3:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Faixas de vencimento e redução ao valor recuperável

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Prêmios a vencer	55.960	48.279
De 1 a 60 dias.....	19.709	17.527
De 61 a 120 dias.....	335	423
De 121 a 180 dias.....	291	318
De 181 a 365 dias.....	714	909
Superior a 365 dias.....	-	-
Risco Vigente mas Não Emitido.....	34.911	29.102
Prêmios vencidos	3.760	19.785
De 1 a 60 dias.....	3.416	11.452
De 61 a 120 dias.....	141	443
De 121 a 180 dias.....	-	544
De 181 a 365 dias.....	1	1.322
Superior a 365 dias.....	202	6.024
Total de prêmios a receber antes da provisão	59.720	68.064
Redução ao valor recuperável.....	(680)	(9.969)
Total de prêmios a receber após a provisão	59.040	58.095

(b) Movimentação de prêmios a receber

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Prêmios pendentes antes da provisão no período anterior.....	68.064	59.683
Prêmios emitidos.....	395.580	346.224
RVNE.....	5.810	(948)
Recolhimentos.....	(409.734)	(336.895)
Total de prêmios a receber	59.720	68.064

(c) Movimentação da provisão

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Saldo no período anterior	(9.969)	(9.177)
Aumento da provisão.....	(6.605)	(11.695)
Baixa na provisão.....	15.894	10.903
Saldo no período atual	(680)	(9.969)

(d) Período médio de parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Pessoas

- Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos: cobrados mensalmente em virtude da própria característica do negócio que tem vigência anual, porém faturamento mensal.

R. Ativos de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do risco que exceda seu limite de retenção.

A Seguradora também possui em contrato de resseguro vigente cobertura para risco de catástrofes. Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de danos se faz necessária em toda e qualquer operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade e por eventos catastróficos.

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados a resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais da Seguradora mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da Administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

A Seguradora cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos junto aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. São firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à resseguradora sobre perdas que se materializarem após um determinado nível de sinistros na carteira.

Atualmente a Seguradora possui contratos vigentes com os resseguradores locais IRB Brasil Re S.A e Swiss Re Brasil Resseguros S.A, entretanto ainda existem créditos a recuperar junto ao próprio IRB Brasil Re S.A e à Munich Re referente à contratos com vigência já finalizada.

Na tabela abaixo, segue a relação dos resseguradores por rating de risco de crédito:

Ressegurador	Agência classificadora	Rating
--------------	------------------------	--------



PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

Página
4/4

(c) Sinistros judiciais

As principais ações de sinistros judiciais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

Quantidade total de processos acumulados	Valor		Valor em Risco	Valor Provisionado
	Quantidade	Reclamado		
Perda Provável.....	1.038	74.592	74.129	74.129
Perda Possível.....	1.241	89.328	214.217	-
Perda Remota.....	2.010	144.416	192.726	-
Total.....	4.289	308.336	481.072	74.129

Quantidade total de processos acumulados	Valor		Valor em Risco	Valor Provisionado
	Quantidade	Reclamado		
Perda Provável.....	1.077	71.710	143.444	89.124
Perda Possível.....	1.632	115.624	253.417	3.353
Perda Remota.....	1.819	133.806	164.627	2.323
Total.....	4.528	321.140	561.488	94.800

19. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões de sinistros a liquidar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos.

Tabela de Evolução de Sinistros	2018	2019	2020	2021	2022
Provisões para sinistros no fim do período anterior.....	113.376	160.414	124.589	124.817	116.153
Exercício atual.....	28.148	58.151	24.953	26.982	26.081
Exercícios anteriores.....	85.228	102.263	99.636	97.835	90.072
Sinistros.....	236.003	225.046	463.438	366.505	274.534
Exercício atual.....	186.192	168.286	375.954	317.617	233.698
Exercícios anteriores.....	49.810	56.760	87.484	49.344	40.836
Pagamentos.....	188.965	260.871	463.209	375.169	289.882
Exercício atual.....	156.189	201.485	373.925	318.062	230.816
Exercícios anteriores.....	32.776	59.387	89.284	57.107	59.066
Provisões para sinistros no fim do período.....	160.414	124.589	124.817	116.153	100.804
Exercício atual.....	58.151	24.953	26.982	26.081	28.962
Exercícios anteriores.....	102.263	99.636	97.835	90.072	71.842
Resseguro.....	4.035	2.260	1.820	2.634	4.459
Provisões líquidas de resseguro.....	156.379	122.329	122.997	113.519	96.345

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 28 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 75.000.000,00, mediante emissão total de 75.376.999 de ações ordinárias, cuja integralização ocorreu em 28 de junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 50.000.000,00, mediante emissão total de 128.205.128 de ações ordinárias. O referido ato societário foi homologado pela SUSEP em 18 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 328.332 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 328.332), dividido em 439.252.828 (31 de dezembro de 2021 – 439.252.828) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação/IAS 33, o lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício.....	91.985	(185.955)
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação.....	439.252.828	235.665.701
Lucro líquido por ação (em reais).....	0,21	(0,79)

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após absorvido o prejuízo acumulado de anos anteriores. Será constituída pela Sociedade até que seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/1976.

A reserva de expansão, reserva estatutária criada nos termos do art. 194 da Lei 6.404/1976, é constituída

por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva tem como objetivo fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

21. Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, custos de aquisição e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022			
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição
Vida em Grupo.....	301.539	(265.088)	85%	(53.149)
Acidentes Pessoais Coletivos.....	89.145	(33.805)	38%	(17.069)
Turístico.....	1.375	1.621	-118%	(254)
Demais.....	1.742	(3.056)	176%	(3.491)
Total.....	393.801	(290.328)		(73.963)

	Saldos em 31 de dezembro de 2021			
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição
Vida em Grupo.....	234.080	(364.356)	156%	(34.536)
Acidentes Pessoais Coletivos.....	74.303	(34.460)	46%	(13.003)
Turístico.....	515	(1.206)	234%	(115)
Demais.....	1.437	(3.425)	238%	(1.375)
Total.....	310.335	(403.447)		(49.029)

22. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Sinistros diretos.....	(279.350)	(366.693)
Variação da provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados.....	(3.619)	(27.839)
Recuperação de Sinistros Cosseguro.....	1.992	2.914
Serviços de Assistência.....	(9.351)	(11.830)
Total.....	(290.328)	(403.447)

(b) Custos de aquisição

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios emitidos.....	(74.049)	(52.626)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	86	3.597
Total.....	(73.963)	(49.029)

(c) Outras receitas e despesas operacionais

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Recuperação de perdas com contrato de prestação de serviços de transição (*).....	-	2.408
Provisão para riscos de créditos duvidosos para recebíveis.....	7.118	3.739
Outras receitas e despesas operacionais.....	(1.200)	463
Total.....	5.918	6.610

* Contrato de prestação de serviços de transição de controle societário.

(d) Resultado com resseguro

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Receta com resseguro		
Recuperação de sinistros.....	28.071	25.364
Despesa com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido - repasse.....	(16.917)	(10.537)
Total.....	11.154	14.827

(e) Despesas administrativas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Pessoal próprio.....	(21.172)	(19.848)
Serviços de terceiros.....	(17.581)	(16.446)
Localização e funcionamento.....	(3.342)	(1.995)
Publicidade e propaganda.....	(1.017)	(3.549)
Depreciação / Amortização.....	(721)	(1.542)
Publicações.....	(75)	(126)
Doações e contribuições.....	(378)	(94)
Outras despesas gerais administrativas líquidas de reversão de provisões para contingências.....	1.062	(1.210)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	James Wayne Weakley
Vice-Presidente:	Ernesto Federico Spagnoli Jaramillo
Conselheiro:	David Legher Aguiar

DIRETORIA	
Diretor-Vice-Presidente:	David Legher Aguiar
Diretores-Vice-Presidentes:	Antonio Francisco Lima de Rezende Felipe Votto Ferreira

Gustavo Santos Raposo
Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos

Contadora: Viviane Miler Breu
CRF-RJ 083704-02
Atuário: Marcos Vinícius Spiguel Coelho de Castro
MIBA nº 1404

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Imos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

São Paulo, SP
O Comitê de Riscos e Auditoria ("Comitê") da PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A. ("Prudential" ou "Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Riscos e Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre: (i) a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a eficácia do sistema de controles internos; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que inclui, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de riscos; (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vii) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Seguradora para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente por examinar as demonstrações financeiras, e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram

a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive o Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas, incluindo os Principais Assuntos de Auditoria – PAA.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Seguradora, e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou de qualquer outra entidade que possa ter relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que, as demonstrações financeiras da PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Leonardo de Assis Portugal
Coordenador do Comitê de Riscos e Auditoria

Paulo Pereira Ferreira
Membro do Comitê de Riscos e Auditoria

Sebastian Yukelson
Membro do Comitê de Riscos e Auditoria

Sergio Moreno
Membro do Comitê de Riscos e Auditoria

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.
Rio de Janeiro - RJ
Escopo da auditoria
Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, em 31 de dezembro de 2022, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Em relação ao assunto da solvência regulatória, nossa responsabilidade está restrita ao escopo das demonstrações financeiras e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Nossa auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da

necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Apresentamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinão
Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio de nossos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nossa conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou buscar outra alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Planejamos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Como parte de nossa conexão com a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclus

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8A70-1838-6242-6D81> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8A70-1838-6242-6D81



Hash do Documento

9AB02582A59FADF80452A057633363F0BD012C18D245F9FFE208A3CD4B4A4ADB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 28/02/2023 02:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

